UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: SEUS FUNDAMENTOS E FINALIDADES

AN ANALYSIS OF THE AUDIT OF CUSTODY: ITS FOUNDATIONS AND PURPOSES

Josie Adriane Marques Alves de Souza ¹
Geilson Nunes ²

RESUMO

O objetivo do presente artigo científico foi apresentar análises e reflexões acerca do tema audiência de custódia, o qual está previsto pelo Pacto de San José da Costa Rica e pelo Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos de Nova Iorque, e, no ordenamento jurídico brasileiro, mediante a Resolução 213 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça. Inicialmente, no primeiro capítulo, tratou-se acerca das penas de prisões, como elas se deram, e sua evolução ao longo da história. Na sequência, adentramos no assunto relativo aos Tratados Internacionais com enfoque da forma como eles são aplicados, bem como a sua eficácia perante o ordenamento jurídico brasileiro. Logo em seguida, tratamos dos aspectos legais e doutrinários acerca da Audiência de Custódia, determinando seu conceito e demonstrando suas atuais previsões legislativas no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, trouxemos as disposições gerais relativos a Audiência de Custódia, observando a forma de como ocorre o seu funcionamento, e quais são objetivos e finalidades. Discorremos sobre seus benefícios e trouxemos posições acerca do tema proposto por alguns doutrinadores, os quais foram essenciais para a construção do presente trabalho. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo com uma pesquisa essencialmente bibliográfica.

Palavras chaves: Audiência de Custódia. Pacto San José da Costa Rica. Penas de prisões. Tratados Internacionais.

ABSTRACT

The objective of this scientific article was to present analysis and reflections on the topic of custody hearing, which is foreseen by the Pact of San José of Costa Rica and by the International Covenant of Civil and Political Rights of New York and, in the Brazilian legal order, through Resolution 213 of 2015 of the National Council of Justice. Initially, in the first chapter, it dealt with prison sentences, how did it happened, and their evolution throughout history. Afterwards, we followed on the subject of the International Treaties, focusing on how they are applied, as well as their effectiveness under the Brazilian legal system. Next, we dealt with the legal and doctrinal aspects about the Custody Hearing, bringing concepts, determining its concept and demonstrating its current legislative predictions in the Brazilian legal system. Lastly, we brought the general dispositions related to Custody Hearing, observing the way it works, its objectives and purposes. The benefits of the Custody Hearing are discussed, and positions of some indoctrinators on the proposed theme are discussed, which were essential to the construction of this Scientific Article. For that, the deductive method was used with an essentially bibliographic research.

Keywords: Custody Audience. Pact San José of Costa Rica. Prison sentences. International Treaties.

¹ Graduanda em Direito pelo Instituto Master de Ensino – IMEPAC – Araguari – MG.

² Mestre em Direito pela Universidade de Marília – SP.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo científico é demonstrar a importância da implementação da Audiência de Custódia no Estado brasileiro, apontando os motivos, bem como as necessidades de haver o ato processual nas comarcas.

Percebe-se que há diversos casos, no Brasil, de pessoas presas indevidamente sem ter seus direitos e garantias observados e, ainda mais, de passar longos períodos na prisão para posteriormente ser verificado pela autoridade competente que não havia necessidade de se manter aquele indivíduo encarcerado.

Nesse sentido, é possível perceber os inúmeros prejuízos causados ao sujeito, preso desnecessariamente, e à sua família, em razão da ausência de verificação do caso, de imediato, por um magistrado. Em fatos como o explanado, seria imprescindível, no período de 24 horas, que se realizasse a audiência de custódia, entretanto, não é um instrumento processual que tem aplicação em todo território brasileiro.

Portanto, de acordo com essa perspectiva, o presente artigo científico tratará da necessidade da implementação da audiência de custódia, proporcionando um estudo aprofundado sobre o tema, especialmente no tocante aos benefícios que a inserção desse ato pode ocasionar.

No que se refere à problemática da pesquisa, serão sustentadas teses no sentido de que a Audiência de Custódia pode ser útil principalmente para dar maior efetividade aos direitos e garantias do preso, além de demonstrar a inviabilidade de se manter um sujeito em cárcere privado, nas condições em que o sistema prisional se encontra atualmente.

Dessa forma, ilustrando a pesquisa de maneira clara, percorreremos, no primeiro capítulo, o estudo breve acerca de como surgiu a pena de prisão, com enfoque maior desse acontecimento no Brasil.

Posteriormente, discorreremos sobre os Tratados Internacionais, as suas disposições gerais, principalmente no que se refere à sua aplicabilidade, e o funcionamento no ordenamento jurídico brasileiro.

No terceiro tópico da pesquisa, será exposto acerca da Audiência de Custódia, trazendo as definições dadas por juristas, seu surgimento, e as primeiras disposições em que se tratou do assunto no Brasil.

Posteriormente, trataremos de como se dá o seu funcionamento, os apontamentos que indicam seus benefícios e, também, os argumentos contrários à implementação desse ato processual.

Os resultados almejados serão obtidos através da observação de teorias maiores para alcançar os resultados propostos na problemática e, conseqüentemente, a conclusão desta pesquisa.

No tocante ao método de investigação, será utilizado o dedutivo, e nosso estudo será elaborado pautado no referencial teórico bibliográfico doutrinário que discorre acerca do assunto, sempre observando a norma, com a finalidade de que o tema proposto visa à concretização dos direitos humanos fundamentais, bem como a efetividade dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ORIGEM HISTÓRICA DA PENA DE PRISÃO

Infelizmente, no cenário atual, cultiva-se a cultura do encarceramento e, em se tratando do Brasil, apesar das mudanças ocorridas no ordenamento jurídico com a inserção das medidas cautelares diversas à prisão, a situação ainda não se modificou. Nesse contexto, resta-nos importante discorrer brevemente acerca de como se deu o surgimento das penas privativas de liberdade e de suas alterações ao longo da história até chegar à forma de como ela se encontra atualmente.

Desde os tempos mais remotos, segundo Feitosa (2011, n.p), cultiva-se a cultura do encarceramento. Todavia, não possuía caráter de pena e baseava-se, principalmente, na religião, vingança e moral.

No período correspondente à Antiguidade, não há registros históricos de prisão, sendo que a penalidade atribuída a quem cometia alguma infração consistia em excluir o delinquente do meio de convivência do grupo, perdendo ele sua proteção, a fim de que não houvesse influência nos atos dos outros membros que compunham a comunidade. Na medida em que as sociedades foram se tornando mais organizadas, a infração passou a ter a finalidade de repreensão, com o intuito de aplicar ao sujeito a pena de morte, possuindo o objetivo específico manter os acusados aprisionados sob custódia até que haja julgamento, sendo que, no decorrer deste lapso temporal, havia técnicas de tortura, passando o cárcere a possuir uma imagem de suplício.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Havia, na Grécia antiga, o hábito de prender devedores até que adimplissem seus débitos e, para assegurar os créditos, eles serviam de escravos para seus credores. Essa prática, inicialmente, se deu no âmbito privado e posteriormente se tornou público, dando origem a uma medida coercitiva para coatar quem devia a pagar suas dívidas. Entretanto, essa medida não era o destaque das punições da Grécia antiga, sendo o encarceramento aplicado com a finalidade de custódia.

Durante a Baixa Idade Média, os delitos promovidos através da perda da paz eram aqueles baseados na falta de proteção social, sendo autorizado a qualquer indivíduo agredir e matar o condenado, sem que haja alguma penalidade. Todavia, essa forma de punição trouxe aumento da violência nas sociedades, sendo necessária a criação de uma nova maneira de sanção que não evoluísse para anarquia ou que envolvesse sangue, o que deu origem à fiança, que era aplicada a quem cometia delitos mais brandos.

Com a ascensão da prestação pecuniária, criou-se a prisão custódia, a qual era dividida em Prisão de Estado e Prisão Eclesiástica, sendo que a primeira era destinada aos oponentes políticos daqueles que governavam e aos inimigos do Estado e, a segunda, a quem negava os preceitos da Igreja.

Em decorrência do Êxodo Rural, originou-se um movimento de transcendência que almejava alcançar o desenvolvimento das penas privativas de liberdade, construção e acomodação de prisões organizadas, visando à correção do delinquente, bem como a prevenção de aumento de delitos a sociedade. Sendo assim, surgiram as casas de trabalho, a qual inicialmente buscava retirar pessoas da rua, ensinando-lhes um encargo, com a finalidade de reduzir os índices de mendicância e criminalidade, dando origem a uma relação entre o uso da mão-de-obra dos reclusos e à prisão, o que dava ensejo a vantagens para o Estado, já que não gastaria com os ociosos.

Durante a segunda metade do século XVII, percebeu-se que a pena de morte seria inviável, já que o propósito era evitar o desperdício da mão-de-obra dos aprisionados, havendo mais benefícios econômicos manter o cárcere do que subsidiar execuções e julgamentos, verificando-se que a prisão se originou não apenas por um impulso do humanismo, mas também em razão da estrutura socioeconômica daquele tempo.

No século XIX, época em que se iniciou a Revolução Industrial, surgiu as máquinas a vapor, as quais deram ensejo a uma desvalorização do trabalho manual, ocasionando a perda do propósito das casas de trabalho, modificando o ofício penitenciário para técnicas de tortura.

Com Revolução Francesa e a edição da Declaração dos Direitos Humanos, passam a surgir direitos e garantias do infrator, propiciando-lhe a proporcionalidade da pena bem como a assistência estatal. Já no século XX, a pena de prisão se transforma em um instrumento de reeducação e ressocialização do infrator.

Conforme Santis e Engruch (2017, n.p) no Brasil, no que diz respeito às prisões, até o ano de 1830, não havia Código Penal próprio, tendo em vista que o país ainda era uma colônia portuguesa, submetendo, assim, ao ordenamento das Ordenações Filipinas, o qual previa crimes e penas que seriam executados no Brasil. Dentre as punições aplicadas em território brasileiro, as quais tinha o objetivo de suscitar o temor pelos castigos, estava a pena de morte, penas corporais, exílio para as galés e outros locais, confisco de bens, multa, humilhação pública do acusado, dentre outras.

Nesse contexto Mirabete e Fabbrini (2009, p.23) traz a seguinte informação acerca da visão da sociedade, no tocante aos crimes daquela época: “O crime era confundido com o pecado e com a ofensa moral, punindo-se severamente os hereges, apóstatas, feiticeiros e benzedores. Eram crimes a blasfêmia, a bênção de cães, a relação sexual de cristão com infiel, etc.”.

Entretanto, apesar de haver punições severas para àqueles que eram considerados pecadores, não havia previsão de cerceamento e nem mesmo de privação de liberdade, sendo as prisões somente um lugar de custódia.

O Brasil dá início à reforma ao seu próprio sistema punitivo, de acordo com Engruch e Santis (2017, n.p) em 1824, com a nova Constituição, eliminando, mas não completamente tendo em vista que os escravos ainda eram submetidos a elas, as penas mais cruéis e ordenando que as cadeias fossem seguras, limpas, com a separação dos réus, de acordo com a natureza e as circunstâncias de seus delitos.

A pena de prisão é implementada em 1830, com o Código Criminal do Império, sendo estabelecida de duas formas: a prisão simples e a com trabalho, podendo esta última ser perpétua.

Mesmo com a reforma de 1824, as penitenciárias brasileiras continuavam precárias. Dessa forma, em 1828 a Lei Imperial deu origem a uma comissão para informar a situação e o que poderia ser melhorado nesses locais, o que resultou em relatórios que demonstravam a triste realidade desses estabelecimentos. A primeira descrição, na cidade de São Paulo, realizada em 1829, já demonstrava problemas que perduram até os dias atuais, como, por

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

exemplo, a falta de espaço e a ausência de segregação daqueles já condenados com quem ainda aguarda julgamento.

Na narração realizada no ano de 1841, a comissão traz recomendações para a futura Casa de Correção de São Paulo, a qual foi inaugurada em 1852, sendo este período caracterizado por ocorrer transformações no sistema penitenciário, já que inseriu nestes locais oficinas de trabalho, celas individuais, pátios, isso tudo em razão da inserção de modelos estrangeiros como o Sistema de Auburn e da Filadélfia.

No ano de 1890, com o Novo Código Penal, estabeleceu-se o limite de 30 anos para as punições, e foram excluídas as penas perpétuas, de morte, as galés, o açoite, e passou a prever os seguintes tipos de prisão: célula, reclusão em estabelecimentos militares, fortalezas ou praças de guerra, além de prisão com trabalho e prisão disciplinar, a qual era destinada a menores de 21 anos. Na época do novo Código de 1890, permanecia a escassez dos locais destinados ao cumprimento das penas, obrigando, dessa forma, o legislador a dar origem a alternativas para a efetivação dessas sanções.

A superlotação das prisões dava ensejo à danificação dos presídios, ficando evidente o problema do sistema penitenciário no final do século XIX. Dessa forma, inaugura-se um procedimento para a sua modernização, abrangendo as instituições e as leis.

Aprova-se uma nova lei em 1905, a qual determina a modificação do estabelecimento prisional, possuindo 1.200 vagas, iluminação, celas maiores, oficinas de trabalho e boa ventilação. A construção, que ainda estava inacabada, fora entregue em 1920.

O atual Código Penal, conforme Bittencourt (2008, p. 47), fora um projeto apresentado por Alcântara Machado, durante o período correspondente ao Estado Novo, o qual foi apreciado por uma Comissão Revisora, sendo sancionado e posteriormente entrado em vigor em 1942 até atualmente.

Dentre as reformas ocorridas no ordenamento atual, importante o destaque para a Lei 7.209/84, a qual foi a responsável por reformar a Parte Geral completa do Código Penal. Nesse sentido:

A Lei n. 7.209/84, que reformulou toda a Parte Geral do Código de 1940, humanizou as sanções penais e adotou penas alternativas à prisão, além de reintroduzir no Brasil o festejado sistema dias-multa. N entanto, embora tenhamos um dos melhores elencos de alternativas à pena privativa de liberdade, a falta de vontade política de nossos governantes, que não dotaram de infra-estrutura nosso sistema penitenciário, tornou, praticamente, inviável a utilização da melhor política criminal _ penas alternativas_, de há muito consagrada nos países europeus. (BITTENCOURT, 2008, p. 47).

A Penitenciária do Estado, localizada em São Paulo, conhecida pelo nome de Carandiru, o qual se referia ao bairro em que se encontrava o estabelecimento, conforme Engbruch e Santis (2017, n.p) foi avaliada como uma prisão modelo para toda nação, contudo, mesmo possuindo tal título, o local também sofria com males que estão presentes nas penitenciárias atuais, como, por exemplo, a violência e a arbitrariedade dos responsáveis e funcionários do local.

Adotava-se, na Penitenciária do Estado, o regime progressivo de reclusão, que possuía as seguintes etapas: primeiro a reclusão absoluta, que acontecia durante o dia e a noite; o segundo estágio consistia no isolamento noturno, laborando coletivamente de dia, entretanto, permanecendo em silêncio; após essa fase, havia a execução em penitenciária agrícola e a última etapa era a liberdade condicional daquele indivíduo já sentenciado.

Havia, ainda, a supressão da liberdade de expressão, já que os presos realizavam movimentos pacíficos, as quais davam ensejo a sanções internas, como aprisionamento sem período específico para se cessar, desprovisionamento de alimentos, perda de benefícios regulamentares.

Além do mais, têm-se as questões que envolvem a saúde dos encarcerados, sendo que, conforme dados retirados de um artigo científico da revista pré-univesp, 12%, cerca de 2 mil pessoas, faleceram por tuberculose, o que demonstra a falta de um local adequado para o tratamento, além da subordinação dos presos doentes a regimes disciplinares.

No dia 02 de outubro de 1992, conforme Rodrigues (2017) ocorreu um verdadeiro massacre na Penitenciária do Estado, ocasionando a morte de 111 presos.

Atualmente, o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, e um sistema prisional destacado pela superlotação. De acordo com dados de um levantamento realizado em 2010 pelo Departamento Penitenciário Nacional, há 66% de presos a mais nos estabelecimentos penitenciários, o que significa dizer que existe uma penúria de aproximadamente 200 mil vagas. Conforme um relatório da ONU, no território brasileiro, o abarrotamento de aprisionados está entre os mais relevantes transtornos de direitos humanos.

Além do mais, de acordo com o Ministério da Justiça, os gastos de cada detento de sistemas prisionais estaduais é em torno de R\$ 1.800,00 por mês e R\$ 3.300,00 para aqueles que estão presos nas federais, de segurança máxima.

3. A APLICABILIDADE E A EFICÁCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

É cediço que a audiência de custódia tem respaldo na legislação brasileira em virtude de força de tratados internacionais, conforme se verá nos próximos capítulos e, para tanto, faremos breve exposição sobre estes tratados na legislação Brasileira.

Ao iniciar o assunto acerca da aplicabilidade e a eficácia dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, resta importante analisar o conceito e a origem dos tratados internacionais.

Sendo assim, os tratados internacionais se tratam de uma convenção formal de vontades de dois ou mais sujeitos, de direito internacional, consumados por escrito entre Estados ou entre Estados e Organizações, orientados pelo Direito Internacional. Foram as regras consuetudinárias, de acordo com Aquino (2010, n.p), que administravam os acordos entre os Estados, até que, no século XX, surgem as organizações internacionais e os direitos dos tratados passam a ser codificados, transformando preceitos costumeiros em regras materializadas através da escrita.

Ainda conforme o mencionado autor, a constituição dos tratados possui as seguintes etapas: negociação, assinatura, ratificação, promulgação, publicação e registro. A primeira fase é de competência do Poder Executivo, do Chefe do Estado, e é ela que dá início ao processo de finalização de um tratado, sendo concluída com um texto escrito, ou seja, o próprio tratado.

A assinatura assegura a autenticidade do conteúdo redigido, não sendo possível posterior alteração, salvo se houver concordância das partes. A ratificação é a etapa mais importante já que dá veracidade à assinatura, dando validade ao tratado, passando a ser obrigatório no âmbito internacional após esse ato. Essa fase está descrita no art. 7º da Convenção Pan- Americana de 1928 sobre os tratados e trata-se de uma ação discricionária do Estado e do Poder Executivo.

A promulgação é o ato de natureza interna, onde o governo de Estado atesta ou declara haver um tratado celebrado por ele, complementa as formalidades exigidas para a sua finalização e determina sua execução. Essa etapa tem a função de executar o tratado na esfera interna e reconhecer uma norma substancial para o Estado. A publicação é exigida para que o tratado seja empregado na ordem interna o Estado. O último estágio, o registro, é pleiteado pela Carta da ONU e visa fazer com que o Estado que celebrou rogue os benefícios do acordo.

No Brasil, conforme Soares (2011, n.p) a competência de solenizar o tratado é do Presidente da República e incumbe ao Congresso Nacional admiti-los através de decreto legislativo. Posteriormente a esse ato, o acordo retorna ao Poder Executivo com a finalidade de ser ratificado e, logo após, deverá ser promulgado internamente mediante um decreto de execução presidencial, momento em que o tratado adentra no plano da existência.

Com relação à hierarquia, não há em nossa Carta Magna nenhum dispositivo expresso acerca da posição dos tratados internacionais no direito interno. Dessa forma, considerando o art. 102, inciso III, alínea “b”³, a tese da doutrina e da jurisprudência é que tais acordos possuem a mesma hierarquia jurídica de leis federais.

Nesse ínterim, em conformidade com o princípio da boa-fé, e em reflexo do art. 27 da Convenção de Viena, sustenta-se a hierarquia infraconstitucional, mas supralegal dos tratados internacionais tradicionais.

Observando o disposto no art. 5º, §2º da Constituição Federal de 1988⁴, os tratados internacionais de direitos humanos possuem disposição de norma constitucional, tendo em vista que sua redação insere os direitos declarados nos tratados internacionais que o Brasil faz parte, no rol de direitos constitucionalmente tutelados, conforme Piovesan (2009, p. 52).

Ao efetuar a incorporação, a Carta atribui aos direitos internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a natureza de norma constitucional. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte integram, portanto, o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados. Essa conclusão advém ainda da interpretação sistemática e teleológica do Texto, especialmente em face da força expansiva dos valores da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais, como parâmetros axiológicos a orientar a compreensão do fenômeno constitucional.

O mesmo dispositivo, em seu §3º, preceitua que os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, para se equivaler às emendas constitucionais, deverão ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos atinentes participantes.

³ Art. 102: Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III- julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

⁴ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Entretanto, deve-se preceituar que o quórum estabelecido pelo artigo citado acima tem a função de apenas de conferir a eficácia formal a esses tratados no ordenamento jurídico interno brasileiro, tendo em vista que já possuem índole e o nível materialmente constitucionais em razão do disposto no art. 5º §2º da CF/88. Nesse sentido, consignou Mazzuoli (2009, p.45):

Falar que um tratado tem “*status* de norma constitucional” é o mesmo que dizer que ele integra o bloco de constitucionalidade material (e não formal) da nossa Carta Magna, o que é *menos amplo* que dizer que ele é “*equivalente* a uma emenda constitucional”, o que significa que esse mesmo tratado já integra formalmente (além de materialmente) o texto constitucional.

Reconhecendo a natureza constitucional de todos os tratados de direitos humanos, os direitos neles constantes, bem como os demais direitos e garantias individuais inseridos na Constituição Federal, nos termos do art. 60, §4º da CF/88⁵, constituem-se eles cláusula pétrea e, dessa forma, não podem ser suprimidos através de emenda à Constituição. Entretanto, cumpre ressaltar que, apesar de não poderem ser extintos via emenda constitucional, os tratados internacionais de direitos humanos materialmente constitucionais são passíveis de denúncia pelo Estado signatário.

No que se refere à incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, há duas correntes: a monista, a qual propõe que não há delimitações entre a ordem jurídica interna e a ordem jurídica internacional e, sendo assim, ao celebrar o tratado, este se impõe na esfera interna; a outra vertente é denominada dualista, a qual preceitua que há uma duplicidade de ordens jurídicas, necessitando-se de um ato de recepção que insere as regras do tratado celebrado no âmbito do direito interno positivo.

O Direito brasileiro, conforme Piovesan (2009, p.89) perante as duas sistemáticas acima expostas, adota um sistema misto no qual, em razão do art. 5º, §1º⁶ da Constituição Federal, os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, há o emprego de uma sistemática de incorporação automática. Já aos demais tratados internacionais é aplicada a incorporação legislativa, já que pleiteia a intervenção de um ato normativo para o tratado se

⁵ Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

⁶ Art. 5: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

transformar em obrigatório no plano interno. Cumpre ressaltar que não há em nossa Carta Magna, nenhum dispositivo referente a qualquer das correntes, dessa forma, a doutrina majoritária sustenta que o Brasil adota o sistema dualista.

Por fim, havendo fortuito conflito entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito interno, de acordo com Piovesan (2009, p. 101/102) aplica-se a norma mais favorável à vítima, ou seja, aplicará a norma que melhor acautele os direitos da pessoa humana.

4. ASPECTOS LEGAIS E DOUTRINÁRIOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A Audiência de Custódia trata-se da condução do preso, imediatamente, perante a autoridade judicial, o qual deverá realizar um controle imediato da legalidade e da necessidade da prisão através do prévio contraditório entre a acusação e a defesa, bem como analisar a presença de maus tratos ou tortura. Dessa forma, ela pode ser ponderada como acesso à jurisdição penal, integrando uma das garantias da liberdade pessoal que se representa a obrigações positivas do Estado.

Conforme Lima (2018, p. 933):

Grosso modo, a audiência de custódia pode ser conceituada como a realização de uma audiência *sem demora* após a prisão penal, em flagrante preventiva ou temporária, permitindo o contato imediato do preso com o juiz, com um defensor (público, dativo ou constituído) e com o Ministério Público. [...]

Cumpre mencionar que a audiência de custódia não visa constituir convencimento relativo ao mérito, já que essa questão será observada em eventual interrogatório caso haja processo de conhecimento. Visa a verificação somente acerca da necessidade/adequação/razoabilidade/proporcionalidade da medida a ser utilizada perante ao caso concreto. Nesse sentido:

Importante frisar que essa entrevista não se deve prestar para a análise do mérito (leia-se, autoria e materialidade), reservada para o interrogatório de eventual processo de conhecimento. A rigor, limita-se a verificar a legalidade da prisão em flagrante e a presença ou não dos requisitos da prisão preventiva, bem como permitir uma melhor análise da(s) medida(s) cautelar(es) diversa(s) adequada(s) ao caso, dando plenas condições de eficácia do art. 319 do CPP, atualmente restrito, na prática, à fiança. (LOPES JÚNIOR, 2018, p. 625).

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Ainda conforme o entendimento de Lopes Júnior (2018, p. 625/26), não poderá ser utilizada de modo prejudicial ao preso, se houver contradição entre esse momento e eventual interrogatório processual. De acordo com o jurista, a entrevista realizada na audiência de custódia não deveria nem ao menos integrar os autos do processo, devendo constar na ata da audiência apenas a decisão resumida do juiz, enquanto que o conteúdo da entrevista deverá ficar arquivado em mídia na unidade responsável.

Esse ato processual possui natureza garantista e fiscalizatória da atividade policial, já que possui a capacidade de regularizar os excessos policiais e carcerários, e intenciona garantir a validade e a efetividade das ações já produzidas.

A primeira disposição acerca desse ato processual, conforme Godoy (2017, n.p) se deu em 1966 com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o qual entrou em vigor apenas em 1976, data em que se alcançou o número necessário de ratificações para tanto.

Nesse sentido, faz-se necessário apontar breves considerações acerca do mencionado acordo, o qual apontou um alistamento maior de direito civis e políticos que o da própria Declaração Universal e que possui amplitude mundial.

No início das atividades, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, conforme Piovesan (2009, p. 162) laborava em um único projeto de pacto que abrangia o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Entretanto, os países ocidentais defenderam a elaboração de dois acordos distintos, argumentando-se nos demasiados processos de implementação das duas camadas de direitos. Afirmou-se que os direitos civis e políticos seriam suscetíveis de imediata reivindicação e autoaplicáveis, na medida em que os direitos sociais, econômicos e culturais eram “programáticos” e necessitavam de um efeito progressivo. Nesse sentido, prevalecendo a posição ocidental, originou-se o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o qual declara o dever dos Estados-partes determinar um sistema legal com aptidão para responder às transgressões de direitos civis e políticos.

Os Estados-partes, ao ratificar o Pacto em comento, passam a ter o dever de enviar relatórios acerca das atuações administrativas, legislativas e judiciárias realizadas, com a finalidade de executar os direitos enunciados no acordo. Tal narração será apreciada pelo Comitê de Direitos Humanos, o qual se trata do principal órgão de monitoramento. Além dos

relatórios, há também a sistemática das comunicações interestatais, o qual é opcional, e é onde um Estado-Parte pode afirmar que outro está violando os direitos humanos previstos no Pacto.

No Brasil, em razão da ditadura militar, o Pacto foi ratificado somente quando seus fundamentais aspectos já estavam assegurados na atual Carta Magna de 1988, em seu título denominado “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”.

Nesse sentido, a audiência de custódia, como já mencionado acima, teve sua primeira menção no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, previsto no artigo 9º, item 3.⁷ Além do mais, foi previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, o qual foi celebrado pelos membros da Organização de Estados Americanos, assinado no ano de 1969, e entrou em vigor no âmbito internacional em 18 de julho de 1978, fortalecendo o sistema de direitos humanos exibidos pela Declaração Americana, tendo em vista que tornou mais efetivo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Uma das mais importantes transmissões do Pacto foi a elaboração do sistema Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual tem a função de analisar casos de violação dos direitos humanos ocasionados em países que são membros da Organização dos Estados Americanos.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi ratificada pelo Brasil em 1992, promulgada pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, e, para o monitoramento e proteção dos direitos nela estabelecidos, está incorporada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nesse sentido, em seu artigo 5º, item 2⁸ o Pacto de São José da Costa Rica assegura a proteção, a integridade física e a dignidade do ser privado de liberdade. Além do mais, o mesmo diploma legal garante em seu artigo 7, item 5, o direito do conduzido ser levado perante a uma autoridade judicial.

Dessa forma, o Estado brasileiro demorou a dar uma resposta prática no que se refere à audiência de custódia. Somente em 2015, no dia 22 de janeiro, que se iniciou a concretização do referido ato processual no Estado de São Paulo, com o provimento conjunto

⁷ Artigo 9, item 3: Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença.

⁸ 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

nº 03/2015, assinados pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo juntamente com o corregedor geral da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça, conjuntamente com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 06 de Fevereiro de 2015, lançou o Projeto Audiência de Custódia, momento em que deu início as primeiras audiências de custódia no país (Godoy, 2017).

Conforme Andrade e Alflen (2016, p. 194) o Tribunal de Justiça da Bahia, em setembro de 2013, criou o Núcleo de Prisão em Flagrante, onde já decidia, de forma eficaz, as questões tratadas pela audiência de custódia. É fato que o ato processual em si começou a funcionar apenas no dia 28 de setembro de 2015, mas podemos afirmar que a Bahia foi pioneira da audiência de custódia no Brasil.

No dia 09 de abril de 2015, o Ministério da Justiça, o CNJ, e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa subscreveram três acordos com a finalidade de estimular o alastramento do projeto pelo território brasileiro. No mesmo ano, em 15 de dezembro, o Conselho Nacional de Justiça assinou a Resolução 213, que estipula, de maneira detalhada, as previsões e as instruções para a aplicação das audiências de custódia.

A mencionada Resolução teve fundamento na deliberação proferida nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 do Supremo Tribunal Federal, que ressaltou ainda mais a obrigatoriedade de conduzir o indivíduo preso perante uma autoridade judicial competente.

A ADPF Nº 347 tratava-se de uma solicitação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para que fossem tomadas deliberações acerca do sistema prisional no país, com a finalidade de que passassem a ser realizadas as audiências de custódia, no período máximo de 90 dias, fazendo com que se tornasse executório o comparecimento do conduzido perante a um magistrado no prazo de 24 horas.

Cumprir mencionar que o Supremo Tribunal Federal concedeu apenas parcialmente a cautelar solicitada pela ADPF. O Ministro Gilmar Mendes foi a favor pelo deferimento da medida cautelar no que se refere ao descontingenciamento do fundo penitenciário, bem como sobre a realização das audiências de custódia. Afirmou, em seu voto, que os magistrados devem refletir acerca da situação prisional no momento em que proferir a decisão judicial. Dessa forma, sugeriu a elaboração de plano de trabalho a fim de que os juízes sejam instruídos acerca das medidas alternativas de encarceramento e sobre o sistema prisional.

Cumprir mencionar, também, sobre a decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5240/SP, cujo relator foi Ministro Luiz Fux, julgado em 20 de agosto

de 2015, que proclamou a constitucionalidade da disciplina pelos Tribunais da exibição do conduzido à autoridade judicial. As decisões expostas se basearam em precedentes daquela mesma Corte ao concluir que Convenção Americana de Direitos Humanos se trata de norma jurídica supralegal no ordenamento jurídico brasileiro.

Atualmente, está em tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, o qual modifica o §1º do art. 306 do Código de Processo Penal brasileiro, determinando que o preso deverá ser conduzido perante a autoridade judicial competente, conjuntamente com o auto de prisão em flagrante delito, cercado das oitivas obtidas e, caso o indivíduo não indique defensor, deverá ser remetido cópia integral para a Defensoria Pública, sendo todas essas ações realizadas no prazo máximo de 24 horas após a prisão.

O mencionado Projeto de Lei é de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) e, logo após de obter suporte de organizações nacionais e internacionais, representantes da Rede Justiça Criminal, juntamente aos associados do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, sugeriram modificações no texto do projeto, com a finalidade de assegurar a atuação da defesa no ato e preservar que as declarações feitas pelo preso neste momento inicial não o prejudique futuramente.

Posteriormente, em uma reunião com o Presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB/AL), a redação foi exibida para João Capiberibe (PSB/AP), o qual foi o relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH/SF) do Senado e, no dia 18 de setembro de 2013 foi aprovado por unanimidade, abrangendo todas as questões propostas pelo Instituto, ou seja, a indispensabilidade de averiguar em audiência a legalidade da prisão cautelar, a exigência de uma defesa técnica presente e a anotação do depoimento do preso que deverá ser realizada em apartado e não poderá ser utilizada futuramente em eventual ação penal, com a finalidade de lhe prejudicar.

Logo após, foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE/SF), cujo relator foi o Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), sendo aprovado no dia 26/11/2013. Em novembro, foi direcionado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ/SF), tendo como relator o Senador Humberto Costa (PT/PE) e aprovada somente em 05 de agosto de 2015. Entretanto, ficou submetida à apresentação de emendas até a finalização da discussão, já que o projeto foi sujeito à apreciação suplementar na CCJ por se tratar de substitutivo integral ao texto original, conforme o art. 282 c/c art. 92 do Regimento Interno do Senado.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Randolfê Rodrigues expôs sete emendas à redação, as quais foram julgadas pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa e pela Rede Justiça Criminal como modificadoras do instituto da audiência de custódia, pois diminuem sua capacidade antes mesmo da sua entrada em vigor e, além do mais, agridem os fundamentos do devido processo legal.

Logo após, nas sessões que sucederam, houve questionamentos acerca do projeto e foram exibidas novas emendas pelos senadores Antônio Anastasia (PSDB/MG), Marta Suplicy (PMDB/SP) e Ronaldo Caiado (DEM/GO), sendo aprovadas duas propostas por este último, determinando que não seja relaxada a prisão em virtude do não cumprimento do prazo de apresentação ao magistrado e no tocante a *vacatio legis*, estabelecendo que seja de 12 meses para os municípios que não seja sede de comarca. Em seguida, o projeto foi encaminhado ao plenário em 13 de julho de 2016 e houve a sua aprovação. Atualmente o Projeto de Lei se encontra aprovado pelo Plenário e com destino à Câmara dos Deputados.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Importante observar que o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas e a Convenção de Direitos Humanos não estipulou um prazo para a apresentação do preso a uma autoridade judicial competente.

Dessa forma, baseando-se na lei processual penal que estabelece o envio do auto de prisão em flagrante delito em 24 horas após a prisão, Resolução n° 213/2015, bem como o PL 554/2011, propôs o mesmo prazo para a apresentação pessoal do preso.

Além do mais, o Projeto de Lei justificou no sentido que a determinação do lapso temporal é imprescindível de modo que o indivíduo tenha preservadas as sua integridade física e mental, além de evitar qualquer ato de tortura, proporcionando um efetivo controle pelo Poder Judiciário no que se refere a legalidade da prisão.

A Resolução n° 213/2015, trouxe os casos em que, excepcionalmente, a audiência de custódia poderá ocorrer fora do período de 24 horas, em seu art.1°, §4°. São eles: o detido se encontrar com grave enfermidade; alguma situação ocorrida incomumente, devendo ela ser comprovada, que prejudique o preso a ser apresentado à autoridade; e quando o deslocamento não se mostrar viável. Ocorrendo as situações descritas, a norma determinou que se realize a audiência no local onde o detido estiver.

O Projeto de Lei 554/2011 prevê a possibilidade da realização da audiência de custódia por meio de videoconferência quando ocasionar atravancamentos ao Estado o fato de ter que conduzir o preso até a autoridade judicial.

A medida ocasiona diversas discussões e posicionamentos. Os que são favoráveis ao fato de ocorrer o referido ato processual por intermédio da videoconferência, sustentam-se no fato de que a atuação não ocasiona uma afronta ao direito do acusado de defesa.

Nesse sentido, podemos citar Renato Brasileiro de Lima (2018, p. 935) como um dos defensores da realização do ato através do referido mecanismo. O referido jurista consigna que é possível o acontecimento, desde que haja alguma das hipóteses elencadas nos incisos do §2º do art. 185 do CPP, e que seja possível averiguar se estão sendo assegurados os direitos fundamentais do preso.

Além do mais, resta-nos importante acerca do tema a posição de Nucci (2018, p. 976):

Assim sendo, sem que o conteúdo do flagrante seja primordial, para poupar ainda mais custos ao Estado (leia-se, Executivo), poder-se-ia promover a audiência de custódia por videoconferência. Evita-se o deslocamento do preso até o fórum e o magistrado vê, do mesmo modo, a sua face. Ora, se para os interrogatórios judiciais muitos defenderam essa maneira de contato entre juiz e réu, parece-nos extremamente mais fácil para a audiência de custódia.

Os que são desfavoráveis defendem que a aplicação de tal medida prejudica importantes objetivos da audiência de custódia, dessa forma:

Há previsão de que tal audiência possa ser realizada por videoconferência no corpo desse Projeto. Sobre o ponto, concordamos com Aury Lopes Júnior e Caio Paiva quando apontam que tal praxe economicista pode findar por frustrar objetivos importantes do “interrogatório de garantia”, posicionando-se contrariamente à futura previsão legislativa. Nos termos do Projeto, que colima acrescer parágrafos ao art. 306, do Código de Processo Penal, o preso deve ser conduzido à presença do juiz no prazo máximo de 24 horas, ocasião em que deve ser apresentado o auto de prisão em flagrante completo, com oitivas de depoentes e nota de culpa. (TÁVORA; ALENCAR, 2018, p. 946).

Outra discussão que envolve a audiência de custódia se refere à possibilidade desse ato ser realizado por outra autoridade que não seja o magistrado. Isso porque há, nos Tratados, especialmente no disposto no artigo 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos, que o ato poderá ser conduzido por outro superior que exerça atos jurisdicionais, sendo habilitado por lei.

Os defensores da prática do ato por outra autoridade se baseiam na redação do dispositivo mencionado, alegando que houve a outorga da presidência da audiência de custódia a outros superiores, em razão do conhecimento das dificuldades que envolvem o Judiciário.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Aqueles que acreditam na possibilidade de ser conduzida pelo delegado de polícia, além da tese já exposta, fundamentam, ainda, na ideia de esse superior se tratar de uma figura imparcial e independente, possuindo o compromisso de buscar a verdade real do caso, podendo elaborar uma análise técnico-jurídica do fato, além da autonomia de poder prender ou colocar alguém em liberdade, principalmente quando verificar ilegalidade na ocorrência da prisão.

Os não adeptos a essa corrente fundamentam-se na ideia de que a audiência de custódia tem a finalidade de realizar um controle judicial de imediato e, dessa forma, deverá ser presidida por um magistrado, sendo que ao contrário, segundo Paiva (2015, n.p) poderá ocorrer a redução da potencialidade normativa da caução disposta no artigo 7.5 da CADH.

Além do mais, baseiam-se no fato de que outros superiores, como membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Delegados de Polícia, não são autorizados a revogar ou relaxar prisões, bem como não possuem poderes para interromper eventuais torturas ou maus tratos contra o conduzido.

Com relação especificamente a possibilidade de ser realizada pela autoridade policial, importante mencionar o seguinte entendimento:

[...] A atuação da autoridade policial não tem suficiência convencional, até porque, o delegado de polícia, no modelo brasileiro, não tem propriamente “funções judiciais”. É uma autoridade administrativa despida de poder jurisdicional ou função judicial. Em segundo lugar a própria CIDH já decidiu, em vários casos, que tal expressão deve ser interpretada em conjunto com o disposto no art. 8.1 da CADH, que determina que “toda pessoa presa terá direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial”. Com isso, descarta-se, de vez, a suficiência convencional da atuação do Delegado de Polícia no Brasil. (LOPES JR, 2018, p. 623).

Importante destacar que é vedada, durante a realização do ato da audiência de custódia, a presença dos agentes policiais que efetuaram a prisão ou investigação.

Faz-se necessário discorrermos acerca do funcionamento da audiência de custódia, de forma a esclarecer como ocorre o procedimento. Inicialmente há a prisão em flagrante, sendo o conduzido apresentado ao Delegado de Polícia, que irá proceder a lavratura do auto de prisão em flagrante delito. Logo após, haverá o agendamento da audiência de custódia e, em seguida, o auto de prisão em flagrante será protocolizado e haverá a apresentação do detido ao magistrado.

Haverá uma entrevista pessoal e reservada do preso com o seu defensor e, posteriormente, será iniciada a audiência de custódia possuindo a presença do conduzido, da defesa, do juiz e do membro do Ministério Público.

Importante destacar que o preso, antes que ser conduzido ao ato processual, é submetido ao exame de corpo de delito e ao reconhecimento das impressões digitais. Em ato contínuo, ele é atendido por uma equipe integrada por assistentes sociais, psicólogas e técnica de enfermagem que realiza um formulário denominado plano individualizado de atendimento, no qual é consignado o histórico familiar, de saúde e profissional do preso, além de importantes direcionamentos, tais como tratamento para dependência química, vaga de emprego, bem como atendimento psicológico.

É assegurado também, ao detido, um atendimento prévio e reservado com o seu advogado ou defensor público em um local que ateste a confidencialidade da entrevista. Será explanado a ele também os motivos, os fundamentos e os ritos que consistam a audiência de custódia, sendo explicada novamente pelo magistrado durante o ato.

Na audiência, o juiz certificará que o detido não esteja usando algemas, salvo quando há resistência, receio de fuga ou perigo a integridade física própria ou alheia, as quais deverão ser justificadas por escrito. Sendo advertido do direito ao silêncio, o preso será questionado sobre o conhecimento e a oportunidade de praticar os direitos constitucionais relativos à sua condição, indagado acerca da circunstância da prisão e, por fim, será analisado se houve a realização do exame de corpo de delito.

Não poderá haver perguntas com a intenção de realizar provas para a investigação ou ação penal concernentes aos fatos instrumento do auto de prisão em flagrante. Além do mais, o magistrado deverá analisar se há hipótese de gravidez, existência de prole ou dependentes de cuidados do preso, histórico de doença grave, com a finalidade de averiguar a necessidade de eventual direcionamento assistencial e concessão de liberdade provisória.

Logo após, haverá a manifestação do Ministério Público, entrevista do detido, a pronúncia da defesa e o juiz, no final, proferirá uma decisão, que poderá ser: o relaxamento da prisão ilegal, com base no art. 310, I, do Código de Processo Penal; ou concederá liberdade provisória, com ou sem fiança, com fundamento no art. 310, III do Código de Processo Penal; alterará a prisão em flagrante por medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal; Poderá ocorrer a conversão da prisão em flagrante em preventiva, baseando-se no art. 310, II do Código de Processo Penal;

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

ou poderá haver uma averiguação do acatamento da mediação penal, certificando para o estabelecimento de práticas restaurativas.

Se o preso afirmar que houve torturas e maus tratos pelos agentes estatais, serão registradas as informações, para posterior apuração pela autoridade policial.

Cumprir mencionar que, conforme o teor do disposto no art. 13, caput, da Resolução 213, deverá ocorrer apresentação do preso à autoridade judiciária posteriormente ao cumprimento do mandado de prisão, em razão da decretação da prisão cautelar ou condenação definitiva, ou seja, toda pessoa presa deverá ser apresentada ao magistrado no prazo de 24 horas, iniciando-se a partir da efetivação do mandado de prisão.

Entretanto, o Projeto de Lei 554/2011 não prevê expressamente a possibilidade da realização da audiência de custódia para prisões preventiva e temporária, nesse sentido:

Melhor seria que o projeto deixasse expresso o amplo cabimento da audiência de custódia, vale dizer, não só para os casos de prisão em flagrante, mas para toda e qualquer prisão provisória (preventiva e temporária). Aliás, também para os casos de imposição de medida cautelar, haja vista que ela garante é providência subsequente à prisão, persistindo os mesmos objetivos os mesmos objetivos do interrogatório de garantia, especialmente a prevenção de infrações penais relacionadas à tortura. (TÁVORA; ALENCAR. 2018, p. 946).

É possível perceber a presença de diversos princípios fundamentais da nossa Carta Magna de 1988 presentes na Audiência de Custódia. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, presente na Constituição Federal em seu art. 1º, inciso III⁹, sustentou a geração do instituto audiência de custódia e outras normas advindas do Pacto de São José da Costa Rica.

Sua finalidade é defender a pessoa humana, garantindo direitos mínimos que devem ser considerados pelo poder público e pela sociedade, a fim de que seja resguardado a valorização do ser humano e está intimamente ligado a audiência de custódia, tendo em vista que esta última também visa assegurar esse direito, ao instituir o dever de apresentar o preso perante a autoridade judicial, reduz a possibilidade de haver atos que desprestigiem a dignidade, tais como a tortura, seja ela mental ou física, maus tratos, dentre outros acometimentos que o detido poderá ser exposto.

⁹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III- a dignidade da pessoa humana.

Além do mencionado princípio, podemos verificar que também há o cumprimento do Princípio do Juiz Natural, o qual está estabelecido no art. 5º, LIII¹⁰ da Constituição Federal, e garante ao detido a realização de um processo e julgamento por órgão judiciário imparcial e que esteja previamente definido, ao estabelecer que o conduzido seja direcionado a uma autoridade competente.

Ao garantir o direito a uma defesa técnica, por intermédio de advogado ou Defensor Público, a audiência de custódia desempenha o que está assegurado nos princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal, já que ambos garantem que ninguém poderá sofrer os danos de uma sentença sem ter tido a possibilidade de participar da decisão judicial, de explanar o seu direito de defesa.

O primeiro prevê a subdivisão da defesa, em técnica, realizada por um defensor, e a autodefesa, efetuada pelo próprio sujeito, além de determinar que o Estado providencie um defensor, em situações que a pessoa não puder constituir um particular.

Já o segundo princípio mencionado, o do Contraditório, está interligado a bilateralidade, pois assevera que é direito do indivíduo estar ciente de qualquer ato processual ocorrido e ter o momento para se manifestar antes que haja uma decisão judicial, além do mais, possibilita a prática de ações que possam influenciar no convencimento do magistrado.

Nesse sentido, Pacelli faz a seguinte consideração acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa: “Enquanto o contraditório exige a garantia de participação, o princípio da ampla defesa vai além, impondo a realização efetiva dessa participação, sob pena de nulidade, se quando prejudicial ao acusado”. (PACELLI, 2015, p. 45).

Estabelecendo que a audiência deverá ocorrer perante a um promotor de justiça, verifica-se a presença do princípio do Promotor Natural, o qual está disposto no mesmo dispositivo legal do Princípio do Juiz Natural e tem a função de obstruir a designação arbitrária, fazendo com que o promotor natural seja sempre aquele previamente deliberado em lei.

Além do mais, é possível verificar que a audiência de custódia foi constituída também, sob a perspectiva do Devido Processo Legal, da Celeridade Processual, da Motivação das Decisões Judiciais e do Estado de Inocência, já que será averiguada questões relativas a maus tratos, bem como acerca da necessidade ou não da manutenção da prisão,

¹⁰ Art. 5º Todos são iguais perante a lei. Sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIII. ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

respeitando a ordem de ser ouvido, inicialmente, o representante do Ministério Público, em seguida a defesa e, por fim, haverá a decisão judicial fundamentada. E, por força da Lei 12.403/2011, a decretação da prisão preventiva é utilizada como última ratio, devendo o magistrado utilizar, sempre que possível, as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Devido Processo Legal, inserido no art. 5º, LIV da Constituição Federal, assegura o direito da pessoa não ter seus bens e sua liberdade privada sem o devido processo legal estabelecido em lei.

O princípio da Celeridade Processual, previsto no art. 5º, LXXVIII, garante a duração razoável do processo, bem como os meios que asseguram uma tramitação mais célere, e fica compreendido na audiência de custódia na medida que esta última também possui o objetivo de realizar algo rápido e eficiente.

A autoridade judicial, ao proferir uma decisão fundamentada, respeita o Princípio da Motivação das Decisões Judiciais, disposto no art. 93, IX da Constituição e art. 381 do Código de Processo Penal.

Por fim, o Princípio do Estado de Inocência é inserido na audiência de custódia como norteador da constituição do convencimento do magistrado, já que ele deverá desconsiderar suas orientações elaboradas por estereótipos penais e enxergar o preso como um ser humano, a priori, inocente. Dessa forma, mesmo que se decrete a prisão preventiva, não haverá ferimento ao mencionado princípio.

A finalidade principal e mais elementar da audiência de custódia no Brasil é adequar o processo penal brasileiro com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Além do mais, visa a prevenção da tortura policial, efetivando a integridade pessoal do detido, sendo destacada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final recomendou a geração da audiência de custódia no ordenamento jurídico pátrio com a finalidade de assegurar a apresentação do detido perante ao magistrado em até 24 horas após a prisão em flagrante, conforme o art. 7º do Pacto de São José da Costa Rica, ao qual o Brasil está vinculado desde o ano de 1992.

Implementando a audiência de custódia, o Estado brasileiro, ainda, executa o compromisso internacional previsto no artigo 2.1 da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que dispõe que devem ser tomados meios mais eficientes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de qualquer outra natureza, para não haja atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição.

Segundo Caio Paiva (2015, n.p), não se deve depositar as esperanças de que a audiência de custódia não elimina, por si só, a tortura, mas auxilia para a diminuição dessas ações no âmbito policial em uma das ocasiões mais cruciais para a integridade física da pessoa, o qual se refere aos primeiros momentos após a prisão, quando o ser fica totalmente desprotegido perante a uma violência policial.

Outra finalidade que pode ser aqui mencionada é a de se evitar prisões ilegais, que não haja necessidade, ou arbitrárias, constituindo uma forma do processo penal atuar na restrição do poder punitivo.

Nesse sentido, entre os principais objetivos da audiência de custódia está a aproximação da pessoa do juiz com o detido, ensejando, dessa forma, a humanização da prisão. Esse contato imediato é de suma importância, tendo em vista que o magistrado poderá analisar por si mesmo questões que não poderiam ser averiguadas com exatidão se estivesse apenas no papel, circunstâncias que seriam desconsideradas na formalidade do auto de prisão em flagrante, como escoriações oriundas do momento que ocasionou a detenção, estados de embriaguez, desordem física ou emocional ou qualquer outro transtorno mental, dentre outras conjunturas.

Dessa forma, importante mencionar o entendimento do jurista Aury Lopes Júnior:

Essencialmente, a audiência de custódia humaniza o ato da prisão, permite um melhor controle da legalidade do flagrante e, principalmente, cria condições melhores para o juiz avaliar a situação e a necessidade ou não da prisão cautelar (inclusive temporária ou preventiva). (Lopes Jr, 2018, p. 622).

A apresentação do detido à autoridade judicial é tão importante que a Corte Interamericana decidiu que o mencionado direito não deverá ser suprimido nem se houver vigorando no Estado algum expediente normativo que acarrete a suspensão de garantias. Nesse sentido, objetiva-se que o magistrado aplique com mais frequência as medidas cautelares diversas da prisão, dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Termo de Cooperação Técnica nº 07/2015, juntamente com a Resolução 213 do CNJ, prevê as Centrais Integradas de Alternativas Penais e Centrais de Monitoração Eletrônica, as quais serão encarregadas de supervisionar as medidas cautelares diversas da prisão, pelo monitoramento eletrônico e pela convenção de esforços, conjuntamente com a Assistência Social e à Saúde de ver o preso como ser humano em estado de necessidade e auxilia-lo sempre que possível.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Nesse cenário, a audiência de custódia visa a proteção dos direitos humanos, controle da atividade policial e pela admoestação de torturas, sugerindo uma nova mentalidade para a sociedade jurídica, transformando o processo em uma pessoa, guiando a complexidade daquela vida para a audiência, fazendo com o que o juiz seja um aplicador não somente da lei, mas principalmente da justiça, podendo ocasionar uma nova oportunidade para o detido, fazendo com que ele se sinta protegido pelo Estado, que buscará reavê-lo como cidadão.

São diversos os benefícios pela audiência de custódia no Brasil, constituindo, um dos principais, à adequação do processo penal brasileiro com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, além da possibilidade de diminuir o encarceramento em massa no país.

Além do mais, haverá uma possibilidade maior de individualização da medida a ser adotada, já que o juiz terá condições de verificar a probabilidade de executar com o que for deliberado.

Inclusive, o magistrado poderá analisar a realidade do preso, examinando a medida legal mais segura e imprescindível ao caso concreto, a qual será proporcional à probabilidade de cumprimento. Ademais, ela acarretará efeito maior ao previsto no art. 310 do CPP, o qual estabelece as providências que o magistrado deverá adotar após ficar ciente da prisão.

Conforme Lopes Júnior (2018, p. 622) o ato processual em comento retifica, de maneira eficiente e ao mesmo tempo simples, uma dicotomia ocasional, qual seja: o conduzido em flagrante será levado imediatamente ante a presença do magistrado para ser ouvido e nesse mesmo momento serão decididas acerca das medidas previstas no art. 310 do Código de Processo Penal.

A perspectiva de ver, ouvir e sentir dá ensejo a uma decisão mais fundamentada do que apenas a leitura dos autos, já que há um contato entre seres humanos que são diferentes no aspecto relativo a classe social, mas possuem mais afinidades em razão da condição de pessoa. (Ganem, 2017,n.p).

Além do mais, a audiência de custódia poderá evitar diversas circunstâncias, entre as quais estão a morosidade do juiz tomar conhecimento da prisão, tendo em vista que, apesar do art. 306, do Código de Processo Penal brasileiro determinar o encaminhamento do Auto de Prisão em Flagrante Delito ao magistrado no prazo de 24 horas, na prática, a ciência ocorria dias depois, pois o período para referida comunicação era equivalente a protocolizar o mencionado documento no protocolo geral do Fórum. Evita-se, também, a aplicação de fianças e medidas cautelares desarmônicas, eventuais torturas ou maus tratos pelas autoridades policiais e depoimentos forjados.

Ademais, é possível perceber que haverá uma diminuição de encarceramentos ocorridos em razão de delitos pequenos, de primários e menores de 21 anos, o que dará ensejo a um outro benefício de suma importância já citado acima: a redução da superlotação dos sistemas prisionais. Nesse sentido:

A realização desta audiência de custódia também vis a diminuição da superpopulação carcerária. Afinal, em contraposição à simples leitura do APF, o contato mais próximo com o preso proporcionado pela realização da audiência de custódia permite elevar o nível de cientificidade da autoridade judiciária, que terá melhores condições para fazer a triagem daqueles flagranteados que efetivamente devem ser mantidos presos. (LIMA, R.B. 2018, p.933).

Sabe-se que as medidas cautelares diversas da prisão, foi uma inovação trazida pela Lei 12.403/2011, a qual tinha o objetivo de asseverar que a privação da liberdade é em última opção, bem como visava resolver também as questões pertinentes ao sistema já falido das penitenciárias.

Infelizmente, a cultura do encarceramento prosperou, já que a autoridade judiciária ainda insiste em aplicar a prisão fundamentando-se na garantia da persecução penal e na garantia da ordem pública.

O que ocorre é que se ignora o fato de que o objetivo legítimo da prisão é a ressocialização e credenciação daquele sujeito que cometeu um delito, de forma que ele retorne ao convívio social. De acordo com dados de uma matéria no site do G1.com, o Brasil possui 668.182 presos, sendo 37% em situação provisória.

Conforme o mesmo estudo da matéria acima mencionada, em junho de 2016 quatro em cada dez presos ainda não haviam sido julgados. A média era de 40% de detidos sem condenação, sendo que todos já estavam encarcerados há mais de 90 dias.

Além do mais, em decorrência da superlotação das Delegacias de Polícia ou cadeias públicas pequenas, alguns estados colocam mulheres em celas masculinas, acarretando o estupro dessas.

Constata-se, ainda que, conforme o diretor-geral do departamento penitenciário, Jefferson de Almeida, a criação de novas vagas não é o suficiente para resolver a superlotação existente nos presídios.

O que se verifica é um cenário caótico do sistema prisional brasileiro, onde há ausência de infraestrutura básica, presos amontoados em celas e sem condições mínimas de higiene, além da falta de cuidados referente a saúde desses indivíduos.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Diante dessas circunstâncias ocorrem rebeliões dentro dos presídios, como os acontecidos no início de 2017, nas penitenciárias Alcaçuz e de Roraima, sem contar, ainda, o massacre ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, a qual foi superada apenas pelo denominado Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992.

Conforme os dados acima explanados, há muitas pessoas dentro desses presídios ainda sem julgamento, ou seja, que ainda não tiveram um contato com uma autoridade judicial, sem mencionar nos casos de encarceramento além do prazo legal. Tratam-se de pessoas que ficam anos esperando uma sentença que os condenam a uma pena menor do que a que eles já cumpriram.

Diante dessa ânsia de encarceramento, outro benefício que a implementação da audiência de custódia traz é a diminuição de prisões injustas. De acordo com informações retiradas de uma matéria jornalística contidas no site O Globo, somente no Rio de Janeiro, dos 7.734 flagrantes ocorridos na cidade durante o ano, em torno de 10% das pessoas presas foram consideradas inocentes.

Um dos casos que podemos citar no presente estudo acerca de erro do judiciário é o de Marcos Mariano da Silva, que passou seis anos detido injustamente por crime de homicídio cometido por seu homônimo. Após o verdadeiro autor do fato ter sido detido, Marcos foi solto. Entretanto, três anos depois, policiais que tinham conhecimento da sua primeira acusação o reconheceram em uma blitz e Marcos foi preso novamente e, mais uma vez, o erro passou despercebido pelo juiz. Marcos ficou detido até 1998 e, durante esse período, perdeu a visão e adquiriu tuberculose. Foram 19 anos retirados da vida de um inocente.

Há diversas situações iguais a de Marcos no Brasil, oriundas de séries de equívocos que poderiam ser evitados se a autoridade judicial tivesse contato de imediato com o preso logo após a prisão.

Ser submetido a uma privação de liberdade pode gerar diversas consequências na vida de uma pessoa. Infelizmente, os sistemas prisionais brasileiros não estão cumprindo a sua finalidade de reeducação e reinserção e inserir indivíduos nesse meio pode desenvolver novas e piores vocações delinquentes. Além do mais, as pessoas ficam desprotegidas de contrair doenças, de maus-tratos dentro da prisão, dentre outras consequências.

Ademais, quando esse indivíduo é reinserido na sociedade, o fato de ter sido privado de sua liberdade gera diversas consequências e a maior delas é o preconceito da sociedade, o que impede esse indivíduo a conseguir um emprego, por exemplo, na tentativa de viver uma

vida digna e decente, esquecendo seu passado delitivo. Uma pena privativa de liberdade ocasiona a desmoralização da pessoa, denigre a sua imagem, fazendo surgir seus instintos primitivos, ou seja, o tornando violento.

Mais um benefício apontado pela audiência de custódia é a redução dos gastos com o sistema carcerário, bem como a diminuição de processos no judiciário. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada preso, fazendo uma média nacional, equivale ao custo de aproximadamente R\$ 2.400 reais, variando esse valor conforme a finalidade e a infraestrutura do unidade penitenciária, bem como conforme a região do país.

Com a implementação da audiência de custódia em todos os estados brasileiros, conforme dados retirados de uma matéria jornalística retirada do site Politize, estima-se uma economia em torno de R\$ 4,3 bilhões de reais aos cofres públicos.

No que se refere a processos no judiciário, conforme dados estatísticos do CNJ, o primeiro grau de jurisdição é o mais sobrecarregado do Poder Judiciário, possuindo capacidade produtiva de somente 27% da demanda determinada à sua apreciação. Abrangendo o judiciário como um todo, a carga de trabalho por servidor é de 506 processos de primeiro grau e de 232 no segundo, computando uma diferença de 118%. Na justiça estadual, perfazem o total de 563 processos por servidor de primeiro grau contra 245 do segundo.

Conforme os dados acima expostos, o judiciário se encontra abarrotado, com excesso de processos e poucos servidores. A implementação da audiência de custódia será benéfico também com relação a esse ramo, tendo em vista que poderá acarretar na redução do acervo processual criminal, conseqüentemente gerando a diminuição desse abarrotamento do judiciário, bem como da sobrecarga sobre os servidores.

No tocante a posição de renomados doutrinadores acerca do tema proposto, conforme pesquisa realizada, verificamos que doutrinadores como Aury Lopes Júnior, Nestor Távora, Rosmar Rodrigues de Alencar e Renato Brasileiro de Lima são a favor da implementação do referido ato processual.

Dentre os argumentos favoráveis utilizados estão a possibilidade de melhor controle de legalidade das prisões, de eficácia ao art. 319 do Código de Processo Penal e das medidas cautelares diversas da prisão, além do referido instituto caracterizar a humanização do processo penal.

Nesse sentido, assim consigna em sua obra Aury Lopes Júnior (2018, p.626/627):

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

A audiência de custódia representa um grande passo no sentido da evolução civilizatória do processo penal brasileiro e já chega com muito atraso, mas ainda assim sobre críticas injustas e infundadas. É também um instrumento importante para aferir a legalidade das prisões e dar eficiência ao art. 319 do CPP e às medidas cautelares diversas. [...]

Enfim, não há por que temer a audiência de custódia, ela vem para humanizar o processo penal e representa uma importantíssima evolução, além de ser uma imposição da Convenção Americana de Direitos Humanos que ao Brasil não é dado o poder de desprezar.

Renato Brasileiro de Lima (2018, p. 933) defende o referido instituto, tendo em vista que se trata de um meio viável para a diminuição da população carcerária, já que o contato direto com o preso aumentará a cientificidade do magistrado, fazendo com que tenha melhores condições para verificar se os flagranteados devem realmente ser mantidos presos.

Conforme Távora e Alencar (2018, p. 946) “[...] Trata-se de um modo de humanização da persecução penal estatal, apta à sua democratização tendente tanto a coibir a tortura, quanto a promover o debate sobre a necessidade da prisão [...].”

Além do mais, dentre as jurisprudências pesquisadas, cumpre ressaltar uma de bastante importância para o estudo em questão, pois constatou-se a obrigatoriedade da realização da audiência de custódia¹¹.

Com pensamento ao contrário, dentre os doutrinadores utilizados para o estudo, constatou-se que apenas Guilherme de Souza Nucci (2018, p.794), possui opinião diversa, baseando sua argumentação no sentido de que não há estrutura suficiente em todo Brasil, considerando injusto que haja apenas em algumas comarcas e em outras não, pois não havendo essa uniformidade, a audiência de custódia se tornará um direito fundamental puramente seletivo.

Não podemos desconsiderar a crítica de Nucci, a qual está realmente baseada na realidade do judiciário brasileiro, no que se refere à falta de estrutura para a implementação nas comarcas do país, o que justifica a ausência do ato em alguns locais brasileiros.

¹¹ HC 133922 / DF – Distrito Federal

Habeas Corpus

Relator (a): Min. Edson Fachin

Julgamento: 11/10/2016 Ordem Julgador: Primeira Turma

Ementa: Habeas Corpus. Processo Penal. Substitutivo de agravo regimental. Não conhecimento. Audiência de apresentação. Realização obrigatória. Direito subjetivo do preso. Prisão convertida em preventiva. Prejuízo. Inexistência. Ordem concedida de ofício. 1. Da irrisignação à monocrática negativa de seguimento do habeas corpus impetrado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, cabível é agravo regimental, a fim de que a matéria seja analisada pelo respectivo Colegiado. 2. Nos termos do decidido liminarmente na ADPF 347/DF (Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/09/2015), por força do Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e como decorrência da cláusula do devido processo legal, a realização de audiência de apresentação é de observância obrigatória. [...]

Apesar de todos os benefícios já citados, ainda há muitos obstáculos no que tange a implementação desse projeto, entretanto, há muito mais benefícios do que prejuízos, principalmente relativamente à aproximação da Lei e Sociedade, tendo em vista que decisões serão proferidas de acordo com a realidade de cada preso.

Dessa forma, é possível perceber que o referido instituto caracteriza uma alteração no paradigma do sistema prisional do Brasil que se concretizou em utilizar o cárcere como elucidação para problemas relativos a segurança e a violência. Atualmente, já encontram-se plausíveis os efeitos positivos da implementação da audiência de custódia, devendo ser disseminada a sua implementação em todas as comarcas do país.

CONCLUSÃO

Conforme o explanado e observado ao longo do presente artigo, conclui-se:

Nesta pesquisa, o objetivo se estabeleceu em abordar acerca da audiência de custódia, demonstrar os motivos e as necessidades desse ato processual ser implementado em todo território brasileiro, demonstrar suas origens, seus benefícios e também as dificuldades que ainda há no processo de execução. Além do mais, visa demonstrar resultados práticos, bem como as posições doutrinárias acerca desse tema.

Como problemática do assunto, abordamos, no sentido de que manter um sujeito preso, as condições em que se encontram os sistemas prisionais brasileiros, não é algo tão viável. Além do mais, argumentou-se no sentido de que, no modelo atual, sem a audiência de custódia, seja bem provável que os direitos e garantias do preso não estejam sendo devidamente observados, carecendo, assim, de um controle por uma autoridade judicial competente para evitar eventuais prisões ilegais, arbitrárias e, principalmente, casos de maus-tratos e torturas. Interpelamos, ainda, sobre as causas de algumas comarcas já funcionarem o referido ato processual e outras não.

Dessa forma, no primeiro capítulo o destaque foi dado no procedimento histórico das prisões, de como se originou como forma de sanção e como se deu sua evolução até chegar na forma que tem sido realizada atualmente, inclusive como se deu o seu desenvolvimento no Brasil.

Sequencialmente, no segundo capítulo, abordamos acerca dos Tratados Internacionais, da forma como são aplicados no ordenamento jurídico brasileiro, dando um enfoque maior sobre aqueles que versam sobre os Direitos Humanos, tendo em vista que a *Direito & Realidade*, v.6, n.6, p. 96 - 129/2018

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

implementação da audiência de custódia fundamenta-se, principalmente, no Pacto de São José da Costa Rica, o qual o Brasil integra.

No terceiro capítulo houve o destaque acerca da audiência de custódia, no qual trouxe o conceito dado por doutrinadores, suas origens, locais que deram início a implementação do ato, as legislações no Brasil que tratam do assunto, com enfoque no Projeto de Lei 554/2011, que ainda se encontra em tramitação.

Logo em seguida, abordamos os casos em que poderá ocorrer fora do prazo de 24 horas, bem como as posições doutrinárias sobre a disposição do referido projeto de lei, que prevê a possibilidade de ser realizada a audiência por videoconferência.

Explanamos acerca da possibilidade da prática do ato por outras autoridades, trazendo o entendimento de juristas sobre o caso. Ademais, demonstramos os princípios que são respeitados pela a implementação da audiência de custódia, as suas finalidades e os seus benefícios.

Como referencial teórico, aderiu-se o que está exposto em doutrinas, obras literárias modernas sobre o tema, aspectos legais, dados e estatísticas e, ainda, outras fontes de pesquisa como artigos sobre o tema, na busca evidenciar a problemática posta.

No mesmo caminho, a partir do o método dedutivo de pesquisa, partimos de uma premissa geral com âncora no texto constitucional, na legislação vigente e na situação do judiciário brasileiro, chegamos a resposta do problema.

Nas condições em que se encontram os sistemas penitenciários brasileiros, não é viável manter uma cultura de encarceramento, a qual vige no país há vários anos e, apesar haver tentativas de mitigação, com a adoção de medidas cautelares diversas da prisão, a medida não fora suficiente.

Nesse sentido, resta necessária a implementação da audiência de custódia, a qual estabelece um controle mais rígido e necessário no nosso país, tendo em vista que infelizmente, ainda há muitas prisões ilegais e arbitrárias nas cidades brasileiras.

Apesar das dificuldades existentes para ser colocada em prática em todas as comarcas brasileiras, principalmente a falta de estrutura, entendemos que há mais benefícios do que problemas para a sua implementação, e ela deve ser realizada em todas as comarcas brasileiras, pois se assim não for, estará violando o princípio da igualdade, o qual está exposto na nossa Constituição Federal. Além do mais, a sua execução é imposta pela Convenção Americana de Direitos Humanos, ou seja, é obrigatório que o Brasil adeque às suas comarcas para que a audiência de custódia seja realizada.

Acreditamos ser necessário às expensas para que o ato seja realizado, tendo em vista que haverá uma redução dos gastos do Estado com a diminuição de presos, o que, conseqüentemente, acarretará mais benefícios do que prejuízos.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, M.F; ALFLEN, P.R. **Audiência de Custódia: da boa intenção à boa técnica**. Porto Alegre: FMP, 2016.

AQUINO, L.G. Tratados Internacionais (Teoria Geral). **Âmbito Jurídico.com.br**. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7652>. Acesso em 29 jan. 2018.

BITTENCOURT, C.R. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral 1**. 13° ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Resolução Nº 213 de 15/12/2015**. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3059>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 133992/DF. Origem: Comarca de São Paulo. Paciente: Fábio da Silva Brito de Jesus. Autoridade Coatora: Relator do HC nº 353.887 do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min Edson Fachin. Julgado em 11/10/2016 e publicado em 02/12/2016. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28AUDIENCIA+DE+CU+STODIA%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/zd8omuw>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

Cabral, B.; Fontenele, A. **Audiência de custódia: origem, dilemas, desafios e dificuldades práticas de sua implantação**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51071/audiencia-de-custodia-origem-dilemas-desafios-e-dificuldades-praticas-de-sua-implantacao>>. Acesso em 15 fev. 2018.

CAPARROZ, Roberto. **Características dos tratados**. 2014. Disponível em: <<https://robertocaparroz.jusbrasil.com.br/artigos/112322430/caracteristicas-dos-tratados>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Como funciona uma audiência de custódia? Disponível em: <<https://www.diligeiro.com.br/blog/2017/09/11/audiencia-de-custodia-o-que-e/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DE SANTANA, R. **A dignidade da pessoa humana como princípio absoluto**. 2010. Disponível em: <<https://www.diligeiro.com.br/blog/2017/09/11/audiencia-de-custodia-o-que-e/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

Entenda a crise no sistema prisional brasileiro. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/entenda-crise-no-sistema-prisional-brasileiro>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ERDELYI, M.F. Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados. **G1**. Brasília, 08 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

FEITOSA, Priscila. **História e evolução da pena de prisão**. 2011. Disponível em :<<https://www.webartigos.com/artigos/historia-e-evolucao-da-pena-de-prisao/77602/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GANEM, P.M. Audiência de custódia e a humanização da Justiça. **Canal Ciências Criminais**. São Paulo, 26 set. 2017. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/audiencia-de-custodia-justica/>>. Acesso em: 19 fev. 2018;

GODOY, N. Audiência de Custódia: **Origem, conceito e seu enquadramento na atual sistemática jurídico processual penal brasileira**. 2017. Disponível em: <<https://nadiainyt.jusbrasil.com.br/artigos/504150447/audiencia-de-custodia-origem-conceito-e-seu-enquadramento-na-atual-sistematica-juridico-processual-penal-brasileira>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

GOMES, L. **Princípio do juiz natural**. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121916259/principio-do-juiz-natural>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

LEITE, A. J. M.; MAXIMIANO, V. A. Z. Pacto internacional dos direitos civis e políticos. **Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, p. 271-286, 1998. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado5.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

LIMA, R.B. **Manual de Processo Penal**: volume único. 6^oed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

LOPES JR, A. **Direito Processual Penal**. 15^o ed. São Paulo: Saraivajus, 2018.

MAIS, C.V. A audiência de custódia conforme a resolução n^o 213/2015 do CNJ. **Canal ciências criminais**. 04 maio 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/a-audiencia-de-custodia-conforme-a-resolucao-no-2132015-do-cnj/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

MARCÃO, R. Audiência de apresentação/custódia (Resolução CNJ 213/15). **Migalhas**. 18 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI252023,31047-Audiencia+de+apresentacaocustodiaResolucao+CNJ+21315>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

MAZZUOLI, V.O. **Curso de Direito Internacional Público**. 9^o ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MAZZUOLI, V.O. **O Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis**: volume 4. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MIRABETE, J.F; FABBRINI, R.N. **Manual de Direito Penal, volume I**: parte geral, arts. 1º a 120 CP. 25º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, A. Tinoco, D. As injustiças da justiça brasileira. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 jan. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/as-injusticas-da-justica-brasileira-18541969>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

NETO, F.; DE CASTRO, H. **Audiência de custódia deve ser feito por delegado de polícia**. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-dez-20/audiencia-custodia-feita-delegado-policia>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

NEWTON, E. **Audiência de custódia por videoconferência: a tecnologia não pode superar a legalidade**. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/17/audiencia-de-custodia-por-videoconferencia-tecnologia-nao-pode-superar-legalidade/>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

NUCCI, G.S. **Curso de Direito Processual Penal**. 15ºed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. 19º ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAIVA, C. Na Série “Audiência de Custódia”: conceito, previsão normativa e finalidades. **Justificando**. São Paulo. 03 março, 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/03/03/na-serie-audiencia-de-custodia-conceito-previsao-normativa-e-finalidades/>>. Acesso em 18 fev. 2018.

PAIVA, C. **Na série audiência de custódia: a quem o preso deve ser apresentado?** 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/04/10/na-serie-audiencia-de-custodia-a-quem-o-presos-deve-ser-apresentado/>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Princípio do contraditório e da ampla defesa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpio_do_contradit%C3%B3rio_e_da_ampla_defesa>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Priorização do 1º grau de jurisdição: Dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/politica-nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdiacao/dados-estatisticos-priorizacao>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011. Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102115>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA:

RODRIGUES, Robson. **O massacre do Carandiru**. 2017. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.com.br/o-massacre-do-carandiru>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SANTIAGO, Emerson. **Pacto de São José da Costa Rica**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/direito/pacto-de-sao-jose-da-costa-rica/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SANTIS, B.; ENGBRUCH, W. **A origem do sistema penitenciário**. 2016. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/sistema-prisional#.WwRRpu4vwdU>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Senado aprova texto base do projeto de lei que regulamenta as audiências de custódia. Disponível em: <<http://www.iddd.org.br/index.php/2016/07/28/senado-aprova-texto-base-do-projeto-de-lei-que-regulamenta-as-audiencias-de-custodia/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SIMI, F.H. o cárcere e seus efeitos devastadores no indivíduo. **Justificando**. 29 maio 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/29/o-carcere-e-seus-efeitos-devastadores-no-individuo/>>. Acesso em: 02 março. 2018.

SOARES, C.O. Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal. **Âmbito Jurídico.com.br**. 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431&revista_caderno=16>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SOUZA, I. Quanto custa um preso no Brasil? **Politize!** 14 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/quanto-custa-preso-no-brasil/>>. Acesso em: 25 fev. 2018

TÁVORA, N.; ALENCAR, R.R. **Curso de Direito Processual Penal**. 13^oed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

TURRI, A.L. Principais problemas dentro do sistema prisional brasileiro. **Jus.com.br**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48635/principais-problemas-dentro-do-sistema-prisional-brasileiro/1>>. Acesso em 22 fev. 2018.